

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE

APOSTILA DO SECRETÁRIO
DE 12/07/2021

CONTRATO Nº 165/21, SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR E A EMPRESA HOUSE MED PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA relativo a aquisição de insumos de material médico hospitalar-apósitos II, passando a vigorar com a seguinte composição: **FISCAL**: MAJ PM ENF 61.885 Nilza Cristina da Silva Gomes Salles, MAJ PM ENF 76.923 Debora de Souza Lacerda,1º TEN PM ENF 89.457 Aline Santos, 1º TEN PM ENF 89.450 Denise Bezerra de Oliveira Gusmão Castro, 1º SGT PM 73.092 Silvia Cristina Gomes Debossan,2º SGT PM 68.745 Alex Sandro Pereira Pinto,2º SGT PM 68.800 Marcelo Dornellas. Processos Administrativos nºs E-35/091/117/2019 e SEI 350207/000328/2020.

Id: 2330090

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE

APOSTILA DO SECRETÁRIO
DE 12/07/2021

CONTRATO Nº 85/2021, SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR e a EMPRESA HUNTER CIENTIFICA COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA relativo a aquisição de insumos de material médico hospitalar-sondas, passando a vigorar com a seguinte composição: **FISCAL**: MAJ PM ENF 61.885 Nilza Cristina da Silva Gomes Salles, MAJ PM ENF 76.923 Debora de Souza Lacerda,1º TEN PM ENF 89.457 Aline Santos, 1º TEN PM ENF 89.450 Denise Bezerra de Oliveira Gusmão Castro, 1º SGT PM 73.092 Silvia Cristina Gomes Debossan,2º SGT PM 68.745 Alex Sandro Pereira Pinto,2º SGT PM 68.800 Marcelo Dornellas. Processos Administrativos nºs E-35/091/115/2019 e SEI 350207/000065/2020.

Id: 2330091

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE

APOSTILA DO SECRETÁRIO
DE 22/07/2021

CONTRATO Nº 007/2021, SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR e a EMPRESA WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA relativo a aquisição emergencial de Gases Medicinais: Oxigênio Líquido e Oxigênio Gasoso, acondicionados em cilindros de 1 e 10m3 e tanque criogênico, em regime de comodato, passando a vigorar com a seguinte composição: **FISCAL** : MAJ PM ENF RG 76.919 Vivian Marília da Silva Manhães Nicolay (HPM-NIT);MAJ PM ENF RG 76.939 Aline Paranhos Brochado (HCPM);2º SGT PM RG 63.161 Marcelo Pío Oliveira (HCPM) ; 2º SGT PM RG 64.952 Edilson Rosa Mattos (HCPM);2º SGT PM RG 72.945 Evandro Sancho Oliveira (HCPM);3º SGT PM RG 82.180 Luis Carlos Trindade da Silva (HCPM);CB PM RG 96.764 Bruno Oliveira de Souza (HCPM). Processo Administrativo nº SEI 350207/000206/2020 DL 025/2020.

Id: 2330092

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE

APOSTILA DO SECRETÁRIO
DE 22/07/2021

CONTRATO Nº 287/2019, SECRETARIA DE ESTADO DE POLICIA MILITAR e a EMPRESA AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA relativo à prestação de serviços de contínuos de limpeza hospitalar predial nas unidades de saúde da SEPM, passando a vigorar com a seguinte composição: **FISCAL** :1º SGT PM RG 69.441 ALEXANDRE AZEVEDO DE OLIVEIRA; 2º SGT PM RG 75.900 CRISTIANO DIAS LELIS; CB PM RG 91.219 HORTENCIO PONTES DE OLIVEIRA JUNIOR; CB PM RG 102.878 WILSON XAVIER DO VALE JUNIOR. Processos Administrativos nºs E-09/106/100144/2018 e SEI 350207/000245/2020 DL 025/2020.

Id: 2330093

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 20/07/2021

PROCESSO Nº SEI-350132/000197/2021 - 2º SGT PM RG 66.661 TO-NI JOSÉ BERNARDO DE SOUSA - Tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no § 19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988, acrescido pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com base na Resolução SARE nº 3026/2004, e nas informações prestadas pelo órgão de pessoal no presente administrativo, o servidor **FAZ JUS** ao abono de permanência a partir de 30/04/2021.

PROCESSO Nº SEI-350063/001521/2021 - SUBTEN PM RG 57.457 DENIS DOS SANTOS LONGO - Tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no § 19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988, acrescido pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com base na Resolução SARE nº 3026/2004, e nas informações prestadas pelo órgão de pessoal no presente administrativo, o servidor **FAZ JUS** ao abono de permanência a partir de 02/03/2021.

PROCESSSSO Nº SEI-350089/003055/2021 - SUBTEN PM RG 55.714 RENATO MARQUES BARBOSA - Tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no § 19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988, acrescido pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com base na Resolução SARE nº 3026/2004, e nas informações prestadas pelo órgão de pessoal no presente administrativo, o servidor **FAZ JUS** ao abono de permanência a partir de 27/04/2021.

PROCESSO Nº SEI-350089/001944/2021- CEL PM RG 54.618 RONALDO MARTINS GOMES DA SILVA- Tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no § 19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988, acrescido pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com base na Resolução SARE nº 3026/2004, e nas informações prestadas pelo órgão de pessoal no presente administrativo, o servidor **FAZ JUS** ao abono de permanência a partir de 06/07/2020.

PROCESSO Nº SEI-350026/002512/2021 - SUBTEN PM RG 56.301 RUBEM FERREIRA JUNIOR - Tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no § 19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988, acrescido pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com base na Resolução SARE nº 3026/2004, e nas informações prestadas pelo órgão de pessoal no presente administrativo, o servidor **FAZ JUS** ao abono de permanência a partir de 18/04/2021.

Id: 2330195

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHOS DO SECRETARIO
DE 20/07/2021

PROCESSO Nº SEI-350033/000872/2021 - 1º SGT PM RG 60.474 VALDEMIR RAMOS PEREIRA - Tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no § 19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988, acrescido pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com base na Resolução SARE nº 3026/2004, e nas informações prestadas pelo órgão de pessoal no presente administrativo, o servidor **FAZ JUS** ao abono de permanência a partir de 02/05/2021.

PROCESSO Nº SEI-350023/001477/2021- 2º SGT PM RG 69.925 NELSON DOS SANTOS FILHO- Tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no § 19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988, acrescido pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com base na Resolução SARE nº 3026/2004, e nas informações prestadas pelo órgão de pessoal no presente administrativo, o servidor **FAZ JUS** ao abono de permanência a partir de 08/03/2021.

Id: 2330205

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 26.07.2021

PROCESSO Nº SEI-150001/003051/2021 - **AUTORIZO** a disposição do servidor CB PM RG 95.920 ALAN CARVALHO DA ROCHA, da Secretaria de Estado de Polícia Militar para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a fim de exercer suas funções no Gabinete do Deputado Filipe Soares, com ônus para o órgão cessionário, por período de 02 anos, nos termos do Decreto nº 47/2018.

PROCESSO Nº SEI-150001/008860/2021 - **AUTORIZO** a disposição do servidor 2º SGT PM RG 76.197 GEORGENES DOS SANTOS SILVA, da Secretaria de Estado de Polícia Militar para a Câmara de Deputados, a fim de exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar no Gabinete do Deputado Marcos Soares, nos termos do Decreto nº 47/2018.

PROCESSO Nº SEI-150001/008859/2021 - **AUTORIZO** a disposição do servidor 2º SGT PM RG 72.574 JÚLIO CÉSAR SILVA, da Secretaria de Estado de Polícia Militar para a Câmara de Deputados, a fim de exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar no Gabinete do Deputado Marcos Soares, nos termos do Decreto nº 47/2018.

Id: 2330269

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHOS DO SECREÁRIO
DE 23.07.2021

PROCESSO Nº SEI-380001/000/000003/2021 - **AUTORIZO** a disposição do servidor CAP PM RG 80.995 ADRIANA DA SILVA ATHIAS, da Secretaria de Estado de Polícia Militar para a Secretaria de Estado de Vitimados, nos termos do Decreto nº 47/2018.

PROCESSO Nº SEI-350074/004085/2021 - **AUTORIZO** a disposição do servidor SUBTEN PM RG 79.199 EDSON ALVES DE BRITO, da Secretaria de Estado de Polícia Militar para a Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana, a fim de exercer o cargo de Secretário Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil, com ônus para o órgão cessionário, por período de 02 anos, nos termos do Decreto nº 47/2018.

PROCESSO Nº SEI-350074/004087/2021 - **AUTORIZO** a disposição do servidor 1º SGT PM RG 80.030 RODRIGO LINHARES DE ALMEIDA, da Secretaria de Estado de Polícia Militar para a Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana, a fim de exercer o cargo de Coordenador de Integração Operacional de Segurança Pública, com ônus para o órgão cessionário, por período de 02 anos, nos termos do Decreto nº 47/2018.

PROCESSO Nº SEI-350074/004153/2021 - **AUTORIZO** a disposição do servidor 2º SGT PM RG 77.853 TERCIOUS SOUZA BARRADAS, da Secretaria de Estado de Polícia Militar para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, com ônus para o órgão cessionário, por período de 02 anos, nos termos do Decreto nº 47/2018.

Id: 2330111

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHO DO SECREÁRIO
DE 23.07.2021

PROCESSO Nº SEI-350074/004203/2021 - **AUTORIZO** a disposição do servidor MAJ PM RG 80.499 FABIANO GOMES DA COSTA, da Secretaria de Estado de Polícia Militar para a Prefeitura Municipal de Tanguá, a fim de exercer o cargo de Secretário Municipal de Casa Civil e Relações Institucionais, com ônus para o órgão cessionário, nos termos do Decreto nº 47/2018.

Id: 2330121

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 23.07.2021

PROCESSO Nº SEI-350068/000875/2021 - **AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

PROCESSO Nº SEI-350106/002375/2021 - **AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

PROCESSO Nº SEI-350063/002546/2021 - **AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

PROCESSO Nº SEI-350022/002221/2021 - **AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

PROCESSO Nº SEI-350487/001678/2021 - **AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

PROCESSO Nº SEI-350091/007510/2021 - **AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

Id: 2330100

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA SEPM Nº 02 DE 22 DE JULHO DE 2021

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO
SANCIONATÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O ORDENADOR DE DESPESAS, no uso das atribuições legais previstas no art. 82, § 1º da Lei nº 287/1979 e o art. 35, Parágrafo Único do Decreto nº 3.149/1980 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, e

CONSIDERANDO o descrito nos autos do Processo nº SEI-350087/000118/2020, noticiando a ausência de estoque mínimo de bens necessários à execução do Contrato nº E-09/094/163/2019, conforme observado pela Comissão, designada pela Diretoria Geral de Apoio Logístico da SEPM, as instalações mencionadas no referido processo administrativo abrigam um frigorífico para o armazenamento de perecíveis (frutos do mar), não sendo, todavia, verificado algum gênero alimentício e/ou frota para o transporte dos itens sob a responsabilidade da Contratada, incidindo, portanto, na cláusula quarta alínea “c”, do Contrato nº 093/2019, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 011/2019. Fato este que ensejou inúmeros embaraços administrativos e operacionais e, consequentemente, culminaram na escassez e desabastecimento de gêneros, mudanças urgentes de cardápio, remanejamento de gêneros entre as unidades, transtornos na rotina de trabalho, atraso na cadeia de abastecimento, posto que comprometa o todo o planejamento logístico além de afetar diretamente unidades administrativas, operacionais, de ensino e hospitalares, colocando em risco, sobretudo, a dieta de pacientes, o que levou a Administração Pública a contratar, por dispensa de licitação e em caráter emergencial, outras empresas para fornecerem os itens essenciais sob sua responsabilidade;

- Imperativo mencionar que a inexistência de um estoque quantitativo mínimo e em condições de armazenamento conforme legislação sanitária vigente impossibilitam obrigações previstas em contrato, como o atendimento a pedidos extras e cumprimento satisfatório do proza

de entregas acordado em cronológico. Inarredável mencionar que a diligência foi realizada no mês de dezembro, às vésperas do Natal e Réveillon, ocasiões em que o quantitativo de policiais em serviço se eleva para manutenção da ordem pública nas referidas necessárias nos ranchos; e

- que o descumprimento da Cláusula Décima do Contrato nº093/2019 que dispõe sobre a apresentação, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura do instrumento contratual (03/12/2019), comprovante de prestação de garantia de ordem de 5% (cinco por cento) do calor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, do artigo 56 da Lei nº 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória;

- o Processo nº SEI-350094/000750/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Alicerçada no que preconiza previstas no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002; art. 82, § 1º da Lei nº 287/1979; art. 35, Parágrafo Único do Decreto nº 3.149/1980 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, instaurar o presente Processo Administrativo Sancionatório, franqueando-lhe o direito a ampla defesa e ao contraditório, para apurar ocorrência prima facie de inexecução de Contrato Administrativo, perpetradas pela empresa PLAZA SERVIÇOS EMPREENDIMENTOS E COMERCIO EIRELI, situada na Av. Quinze de Novembro, nº 252 - loja 3, Centro, Campo dos Goytacazes - RJ - CEP: 28.035-100 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.373.748/0001-56.

Art. 2º - Substitui o Major PM RG 77.552, Id Func. 4140465-3 Renato Peixoto de Moraes pela Subten PM RG 66.105, Id Func. 2492527-6 Luciane Gerhardt Louzada conforme preconiza o Manual para aplicação de Sanções nos casos de inexecução parcial ou total dos contratos administrativos.

Art. 3º - Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º - Fica a contratada sujeita às sanções correlatas de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato em questão, bem como às demais cominações legais, positivadas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002. E subsidiariamente as sanções previstas nos artigos 86 e 87, incisos, I, II, III, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 5º - Cabe ao Gestor do Contrato adotar as medidas do poder de cautela de garantia contratual, conforme a modalidade, escolhida pela contratada nos moldes dos incisos I, II e II, do art. 56 da Lei nº 8.666.

Art. 6º - Com fulcro nos art. 34 e 48, VIII, da Lei nº 5.427/2009, resta comunicado a Contratada, a oportunidade de juntar ao sobredito processo as provas necessárias à defesa, desde que, motivadas e pertinentes ao sobredito processo. Outrossim, os autos do Processo Administrativo SEI-350094/000750/2020 estão disponíveis para consulta processual através do endereço eletrônico www.fazenda.rj.gov.br/sei/#, o suporte para acesso ao sistema SEI é realizado na Diretoria Geral de Apoio Logístico, situada no endereço da Rua Evaristo da Veiga nº 78, térreo, Centro do Rio de Janeiro, CEP 20031-040, das 09h00min até 17h00min, número de telefone (21) 2333-2690.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2021

ALEXANDRE ASSUMPÇÃO SALVADOR
Ordenador de Despesas

Id: 2330064

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA SEPM Nº 32 DE 23 DE JULHO DE 2021

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO
SANCIONATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O ORDENADOR DE DESPESAS, no uso das atribuições legais previstas no art. 82, §1º da Lei 287/1979 e o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.149/1980 e nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/1993, e

CONSIDERANDO o descrito nos autos do Processo nº SEI-350192/001079/2020, noticiando que a empresa AREIA BRANCA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP não apresentou a documentação exigida para o certame dentro do prazo estipulado, visto que, era o detentor do melhor lance registrado para os lotes 02 e 03, incidindo, portanto, nas cláusulas 14, 16 e 24 do Edital definitivo, que dispõem, respectivamente, dos documentos a serem encaminhados pelo licitante detentor da melhor proposta, das amostras; e das sanções administrativas e demais penalidades. Fato este que enseja em embaraços a rotina administrativa, como o retardo na execução do objeto além de prejudicar o certame da licitação.

RESOLVE:

Art. 1º - Alicerçada no que preconiza previstas no art. 7º da lei nº 10.520/2002; art. 82, §1º da Lei 287/1979; art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.149/1980 e nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/1993, instaurar o presente Processo Administrativo Sancionatório, franqueando-lhe o direito a ampla defesa e ao contraditório, para apurar ocorrência prima facie de inexecução no processo licitatório, perpetradas pela empresa, AREIA BRANCA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, situada na Rua Capitão Felix, nº 110, Bloco Nobre Sala 306. Benfica, RJ. CEP: 20.920-310, inscrita no CNPJ sob o nº 11.924.595/0001-98.

Art. 2º - Substitui o MAJ PM RG 63.423, Id. Func. 23971584, José Soares de Mattos Junior, da DT pelo SUB TEN PM RG 78.356, Id. Func. 05936390, Wagner de Sousa Vitaliano da Costa, da DGAL, conforme preconiza o Manual para aplicação de Sanções nos casos de inexecução parcial ou total dos contratos administrativos.

Art. 3º - Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º - Fica a contratada sujeita às sanções correlatas de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato em questão, bem como às demais cominações legais, positivadas no artigo 7º da lei nº 10.520/2002. E subsidiariamente as sanções previstas nos artigos 86 e 87, incisos, I, II, III, IV da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Art. 5º - Cabe ao Gestor do Contrato adotar as medidas do poder de cautela de garantia contratual, conforme a modalidade, escolhida pela contratada nos moldes dos incisos I, II e II do art. 56 da lei 8.666.

Art. 6º - Com fulcro nos art. 34 e 48, VIII da Lei nº 5.427/2009, resta comunicado a Contratada, a oportunidade de juntar ao sobredito processo as provas necessárias à defesa, desde que, motivadas e pertinentes ao sobredito processo. Outrossim, aos autos do processo administrativo nº SEI-350192/001079/2020 estão disponíveis para consulta processual através do endereço eletrônico https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0, o suporte para acesso ao sistema SEI é realizado na Diretoria Geral de Apoio Logístico, si-